

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 12 DE MAIO DE 1995

Eu queria agradecer a presença da Direção Nacional da Força Sindical, agradecer a presença do Ministro Stephanes, do Ministro Paulo Paiva e de todos que aqui se encontram e dizer que, realmente, é um estímulo para mim, para o Governo e para o Brasil verificar que essa organização sindical tomou ao pé da letra o que nós combinamos, o que nós conversamos aqui, que era exatamente que o Governo estava aberto a negociações, a sugestões, desde que isso fosse dentro de um marco de reformas que o Brasil necessita.

Ouvi com atenção as palavras do Presidente Medeiros e acho que há caminho. Acho que o Ministro Stephanes já conversou, os setores técnicos estão discutindo os mecanismos pelos quais nós poderíamos chegar a uma convergência de pontos de vista. Indiscutivelmente, a questão central foi colocada com propriedade. É que existe um regime de injustiça, no Brasil, em que há privilégios, em que alguns acumulam aposentadorias. Há alguns setores que têm vantagens adicionais no momento da aposentadoria, enquanto a imensa maioria dos brasileiros se aposenta com salários muito pequenos e dentro desses critérios – como foi mencionado – da média dos últimos 36 meses.

Basta ver que, em todo momento que se deseja aumentar o salário mínimo, a maior dificuldade é a Previdência. Há uma imensa maioria de brasileiros que vivem de aposentadoria com o salário mínimo, cerca de 12 milhões – eu creio –, o que mostra que, realmente, há uma disparidade enorme no sistema social brasileiro. As reformas visam precisamente a homogeneizar, a diminuir essas diferenças. Diminui-se lá em cima e aumenta-se cá em baixo. Não é num primeiro momento, mas o propósito é esse. Não é somente achatar. É chegar a uma situação tal que, no futuro, nós possamos ter uma melhoria para todos. Esse é o nosso objetivo.

As negociações vão prosseguir. Tenho sentido no próprio Congresso, também, sensibilidade para essa questão. Já passou aquela fase em que, por exploração política, se fez crer aos brasileiros que o Governo queria perseguir os aposentados. Hoje, toda gente sabe que os aposentados são intocáveis nos seus direitos. Está se vendo, crescentemente, que o trabalhador comum vai ter, da parte do Governo, uma atenção especial e que, realmente, o que o Governo quer é acabar com as distorções, que são as que inviabilizam grandemente o sistema previdenciário brasileiro.

De modo que eu agradeço essa presença. Sei do esforço que está sendo feito em todo o Brasil. Tenho visto nas televisões, nos jornais. Tenho tido notícias das manifestações a favor das reformas e ouvi com atenção o que foi dito também a esse respeito: que a Força Sindical apóia o conjunto das reformas, inclusive, e principalmente, a flexibilização das estruturas monopólicas. Nós vamos avançar com a reforma tributária. Nós vamos avançar também com a reforma fiscal, ou seja, vamos ter que mexer em certos aspectos da administração, aspectos esses que hoje estão inviabilizando as prefeituras e os governos estaduais, não só o Governo Federal; para não falar da aposentadoria nessas entidades governamentais, municipais e estaduais, onde há desconto do funcionário e, muitas vezes, não houve a capitalização, ou seja, na hora em que for realmente necessário pagar o provento de aposentadoria, não se tem de onde tirar.

Então, o Governo está se antecipando a essas dificuldades e introduzindo modificações. Eu tenho dito – e repito hoje aqui – que, especial-

mente no capítulo da Previdência, o que interessava mais diretamente ao meu mandato nós já conseguimos, graças à ação dos Ministros junto à Câmara, e graças à aprovação do Congresso, que já fizeram a pequena modificação para financiar mais adequadamente os gastos suficientes para atender o aumento do salário mínimo – que nós já fizemos – e o aumento de 42% para a margem dos aposentados. Já obtivemos isso. Não é em termos do meu Governo que nós estamos pensando: é em termos do País, em termos do bem-estar da população brasileira, do direito que todo brasileiro tem de, numa certa idade, se aposentar, olhando para o futuro.

Nós estamos querendo criar condições para que esse direito não seja só desta geração, mas para que ele possa se perpetuar de maneira adequada, especialmente, repito, no caso das entidades municipais e estaduais, em que não há recursos. Enquanto as pessoas não estão aposentadas, estão contribuindo. Muito bem, isso aumenta o caixa. E, depois, quando elas se aposentam? Quem paga, não havendo um fundo de capitalização que realmente faça frente aos gastos que aí vêm? Vamos levar o problema mais adiante, para todos os brasileiros? Isso é o que estamos discutindo hoje e é isso que temos que, digamos, difundir cada vez mais. E só há uma maneira de bem difundir: é debatendo com a sociedade.

Sei que essa é uma das reivindicações da Força Sindical que tem o meu apoio integral. Aqui não se trata de uma vontade do Executivo. É muito mais do que isso. É uma vontade da Nação. Porque o Executivo é parte da Nação, o Presidente foi eleito, tem legitimidade. Mas a legitimidade não se tem de maneira isolada. Ela requer permanente diálogo com o País, para se aferir se, realmente, a vontade nacional está sendo expressa nas decisões de governo.

Então, vamos, sim, debater, com o propósito que foi aqui trazido, que é o de um marco de reforma, buscando cada vez mais diminuir as diferenças sociais, acabar com a injustiça social.

Eu agradeço e conto com a Força Sindical.

Muito obrigado a vocês.

